

Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas (2018)

Eduardo Cristiano Hass da Silva*

Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis**

Resumo

O presente texto tem o objetivo de analisar as propostas educativas presentes no Plano de Governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. O texto se estrutura em quatro partes. Na primeira, tensionamos a ideia de que o século XXI brasileiro estaria marcado por um processo de estabilidade democrática. A análise centra-se, em especial, no contexto de crise contínua e ascensão conservadora, sobretudo nas eleições de 2018. Na sequência, apresentamos os quatro conceitos foucaultianos centrais para a presente reflexão: intelectual, verdade, polêmica e polemista. No terceiro tópico, analisamos como as propostas educativas aparecem no plano de governo de Jair Bolsonaro, concluindo que aparecem de forma polêmica e superficial. No quarto e último tópico, evitamos uma conclusão fechada e acabada sobre o assunto, optando por um convite a pensar a função do intelectual brasileiro como um facilitador de instrumentos para a análise de questões do tempo presente.

Palavras-chave: Educação, Polêmica, Ascensão Conservadora.

Abstract

This text aims to analyze the educational proposals present in the Government Plan of the then President Jair Messias Bolsonaro. The text is divided into four parts. In the first, we tension the idea that the Brazilian 21st century would be marked by a process of democratic stability. The analysis focuses in particular on the context of continuous crisis and conservative rise, especially in the 2018 elections. Following, we present the four central Foucault concepts for the present reflection: intellectual, truth, polemic and polemic. In the third topic, we analyze how educational proposals appear in the government plan of Jair Bolsonaro, concluding that they appear in a polemical and superficial way. In the fourth and last topic, we avoid a closed and finished conclusion on the subject, opting for an invitation to think about the role of the Brazilian intellectual as a facilitator of instruments for the analysis of issues of the present time.

Keywords: Education, Controversy, Conservative Rise.

* Licenciado, bacharel e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), doutorando em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: eduardohass.he@gmail.com.

** Doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Sociedade, Urbanização e Imigração. Mestra em História pela mesma instituição, na linha de Sociedade, Ciências e Artes e, graduada em História- Licenciatura nesta última. Atua principalmente na área de Cultura Visual e Cinema-História. Faz parte do grupo de pesquisa Gênero e História das Mulheres. E-mail: gabbireis@gmail.com.

Introdução

Este texto tem como objetivo analisar as propostas para a educação brasileira presentes no Plano de Governo¹ do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro², tentando identificar de que forma elas são apresentadas e, se o presidente pode ser apontado como um intelectual ou um polemista. O referencial teórico inspira-se nos estudos foucaultianos, especialmente a partir dos conceitos de intelectual, verdade, polemista e polêmica.

Para atender o objetivo proposto, o texto encontra-se estruturado em quatro tópicos. No primeiro, intitulado “Brasil Contemporâneo: cenário de consolidação da democracia?”, partimos de uma problemática do tempo presente, na qual tensionamos a ideia de que o século XXI brasileiro estaria marcado por um processo de estabilidade democrática. Discutimos o pós-Ditadura Militar (1964-1985) a partir da implantação de políticas sociais de governo, com vistas ao atendimento de direitos e garantias fundamentais à ideia de cidadania prevista na Carta Constitucional de 1988, sobretudo nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Em seguida, analisamos, de forma breve, o processo de disputas de narrativas políticas que se estabelece com o afastamento da presidenta democraticamente eleita. Buscamos entender este processo de “polarização” dentro de um contexto de crise contínua e de ascensão conservadora.

Na sequência, no tópico dois, “O intelectual e o polemista: entre verdades e polêmicas”, apresentamos os quatro conceitos centrais para a presente reflexão: intelectual (FOUCAULT, 2011), verdade (FOUCAULT, 2011), polêmica (FOUCAULT, 2010a) e polemista (FOUCAULT, 2010a). Após a apresentação destas noções, no tópico três, “Educação na Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro”, analisamos como o plano de governo do presidente aborda as questões educacionais brasileiras.

No quarto e último tópico, “Para não Concluir: qual a importância política do intelectual brasileiro?”, evitamos uma conclusão fechada e acabada sobre o assunto, optando por um convite a pensar a função do intelectual brasileiro como um facilitador de instrumentos para a análise de questões do tempo presente.

Brasil contemporâneo: cenário de consolidação da democracia?

Parto de um problema nos termos em que ele se coloca atualmente e tento fazer sua genealogia. Genealogia significa que encaminho a análise a partir de uma questão atual (FOUCAULT, 2010b, p. 247).

¹ O documento analisado neste estudo encontra-se disponível para download, em pdf, no site do Tribunal Superior Eleitoral e plataforma oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro, respectivamente através dos endereços <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos> (Acesso em 14/01/2020) e <https://www.bolsonaro.com.br/> (Acesso em 14/01/2020).

² Elegeu-se à presidência dia 28 de outubro de 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL), no qual foi filiado até novembro de 2019. Após dissidências com os dirigentes da sigla, Jair M. Bolsonaro anunciou a tentativa de criação de seu novo partido Aliança pelo Brasil, que durante o período de escrita deste estudo, ainda arrecada as assinaturas necessárias para receber o registro na Justiça Federal.

Mesmo sem ter a intenção de realizar uma genealogia das questões educacionais brasileiras ou do cenário político contemporâneo, tomamos como inspiração a epígrafe apresentada, em que Foucault (2010 b) nos convida a problematizar um determinado tema a partir da forma como ele se manifesta na atualidade. Sendo assim, pretendemos analisar como as questões educacionais são apresentadas na Proposta de Plano de Governo do Presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, tensionando se são abordadas de forma problematizadora ou polêmica e, se o presidente pode ser identificado como intelectual ou polemista. Além disso, buscamos analisar também o avanço das diretas nas pautas educativas do cenário contemporâneo. De antemão, realiza-se uma apresentação e uma discussão acerca do cenário político do Brasil Contemporâneo, entendido aqui como o período que se inicia após o término da Ditadura Militar (1964-1985) e se estende até a atualidade, dando ênfase ao cenário da última vitória presidencial.

Segundo as historiadoras Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling (2015), após 21 anos de ditadura militar (1964-1985), com a “Constituição Cidadã” de 1988, é possível afirmar que o Brasil entrou em um período consistente e duradouro de vigência das liberdades públicas e de solidez das instituições democráticas. No ano de 2015, as autoras afirmavam que “o experimento democrático não é mais compreendido como um valor instrumental, mas como um fim em si mesmo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 502), sendo que a agenda de direitos já havia entrado para a pauta do Estado, integrando o debate público e afirmando direitos em um contexto marcado por desigualdades, ao mesmo tempo em que contemplava novos direitos capazes de atender grupos sociais minoritários (idosos, homossexuais, crianças, etc.).

De acordo com as autoras, embora se tenha conquistado um regime democrático, é possível afirmar que, no Brasil, a democracia convive de forma perversa com a injustiça social. A democracia não é vista pelas autoras como um regime pleno; mas sim, como um conceito em movimento constante, permitindo a ampliação, o desenvolvimento e a correção de sua rota, sendo que, a certeza do século XXI seria a consolidação da democracia como legado para as gerações futuras.

As autoras fundamentam seu argumento de busca pela consolidação da democracia a partir da análise do tema nos mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (“um acadêmico refinado”), Luiz Inácio Lula da Silva (“um líder operário”) e Dilma Rousseff (“uma mulher e ex-guerrilheira”) (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nos seus dois mandatos e oito anos como presidente (1995-2002), Fernando Henrique obteve sucesso no controle da inflação, permitindo o crescimento do país. Além disso, “o governo FHC implementou o primeiro programa de distribuição direta de renda, o Bolsa Escola” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 503), assim como contou com programas para a erradicação do trabalho infantil.

A partir de 2003, com os dois mandatos e os oito anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil contou com uma significativa ampliação democrática da República, sendo que “as grandes marcas dos dois governos de Lula foram o combate à miséria, a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e a expansão da inclusão social” (SCHWARCZ;

STARLING, 2015, p. 503). Dentre as ações do presidente destacaram-se aumento da renda do trabalhador (formalização do emprego, aumento do crédito e aumento do salário mínimo), programas de distribuição de renda (Bolsa Família) e avanço na criação de políticas estruturantes para a incorporação dos brasileiros à rede de proteção social.

O processo de consolidação da democracia brasileira pode ser visualizado também nos mandatos da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Segundo as autoras, esse processo foi reforçado em episódios como o “Junho de 2013”³ e, em 2014, pela entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 para investigar as violações dos Direitos Humanos cometidos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, por agentes do Estado.

Ao afirmarem, em 2015, que a certeza do século XXI seria a consolidação da democracia como legado para as futuras gerações, supomos que Schwarcz e Starling não previam a dimensão dos anos seguintes do cenário político-social brasileiro. Em agosto de 2016, o mandato da presidente eleita Dilma Rousseff foi interrompido após uma série de acusações genéricas sobre “corrupção” e “ilegalidades em manobras fiscais”, resultando em um *impeachment*, que levou a presidência o então vice-presidente Michel Miguel Elias Temer (2016 -2018). Pesquisas acerca desse intervalo entre a eleição presidencial e afastamento da presidenta eleita democraticamente apontam que ele evidencia uma polarização política, mas, sobretudo, um contexto de crise e contínua ascensão conservadora (SCHMIDT, 2017; CHALOUB, LIMA, PERLATTO, 2018; FERNANDES, VIEIRA, 2019). Diferentes atores políticos passaram a se posicionar favorável ou desfavorável aos resultados de 2016, através de veículos de comunicação de massa, assim como, em redes sociais, incorrendo daí uma disputa e difusão de narrativas da direita e fragmentação da esquerda⁴.

Sociólogos e cientistas políticos advertem que esse “fenômeno” ultrapassa o resultado dos últimos dois processos eleitorais e “encontram repercussão nos mais diversos espaços, em amplo movimento de disputa da hegemonia que envolve dimensões estéticas, concepções religiosas e organizações da sociedade civil” (CHALOUB, LIMA, PERLATTO, 2018, p. 9). Alertam também que o recrudescimento dessas “novas direitas”⁵ (CHALOUB, PERLATTO, 2016; ALENCAR, 2018) e de ideias conservadoras não deve ser compreendido enquanto exclusividade brasileira, uma vez que podemos verifica-lo, também, em outros locais da América Latina e nos

³Não é nosso objetivo estudar os pormenores deste evento, mas cabe destacar que parte da historiografia o aponta como parte responsável do crescimento de uma onda conservadora no país. Para saber mais, ver: MOTTA, 2018.

⁴ Conforme Dmitri Fernandes e Allana Vieira (2019), adotamos nesse estudo os termos “direita” e “esquerda” em um sentido relacional. Não é nosso objetivo retomar a historiografia acerca dos conceitos, mas sim, “considerarmos tais categorias agregadoras de polos de disputa de um campo de força, englobando diferentes correntes de pensamento e grupos” (FERNANDES, VIEIRA, 2019, p. 158).

⁵ Ainda que não haja consenso entre os estudiosos do tema, o uso do adjetivo “nova” se justifica nesse estudo em função de acreditarmos que os atores ligados à direita trazem “novidades” acerca de suas leituras sobre liberalismo econômico e conservadorismo moral, uso, mobilização e disseminação de narrativas a partir das redes sociais, etc. O “novo” não se refere, portanto, a um grupo jamais presente no cenário político nacional, mas a adesão a uma nova retórica.

Estados Unidos; observando-se que não há uma narrativa homogênea entre esses grupos, isto porque se utilizam de diferentes linguagens, temporalidades e espaços.

Segundo Gustavo de Alencar (2018), a emergência de grupos de direita, no Brasil ou em outros países, ocorre em “reação a algo”. Em sua análise, o autor compara a orientação do conservadorismo brasileiro ao de outros locais na Europa (Alemanha, Polônia e Hungria) e afirma que suas diferenças fundamentais decorrem da consolidação ou da ausência de um bem-estar social. Nos três países europeus destacados, conservadores saudosistas fortalecem o sentimento de identidade nacional afirmando que o colapso da sociedade e a crise do Estado de Bem-Estar Social (elevados índices de desemprego, crise econômica, aumento da criminalidade e “relativização” de valores religiosos tradicionais, etc.) derivam de seu abandono. Nesse sentido, apenas “uma retomada do passado, a defesa de instituições tradicionais, e a exaltação do sentimento de grandiosidade nacional que se perdeu poderia fazer com que as coisas voltassem ao normal” (ALENCAR, 2018, p.103). Por outro lado, Alencar (2018) alerta que o Brasil se configura de uma forma diferente em decorrência de uma trajetória marcada por um passado escravocrata, com profundas desigualdades sociais, com limites da efetivação da cidadania e com a carência de bem-estar social a ser saudado. Classes médias e, principalmente, aquelas que ascenderam à média após o fenômeno do lulismo⁶, articularam-se em torno de uma retórica conservadora e passaram a reagir “à pluralidade de valores e emergência de novas configurações culturais em crescimento” (ALENCAR, 2018, p.104).

Sobre essa ótica, Alencar (2018) propõe que os ativismos conservadores e de direita no Brasil estabelecem uma reconciliação seletiva com a modernidade, aceitando a “modernidade social” e recusando a “modernidade cultural”. Diferentes atores à direita manifestam, em sua retórica, uma preocupação com as instâncias basilares da sociedade, as quais supostamente estariam ameaçadas e perdendo legitimidade frente a novas configurações familiares, novas identidades de gênero, lutas pelo fim do machismo e sexismo, dos direitos LGBTQIAP+⁷, etc. O autor afirma também que as agendas trazidas por esses movimentos sociais, que viram nos governos de esquerda uma possibilidade de manifestar-se, foram apropriadas por esses grupos conservadores como um ataque ao campo dos costumes, uma espécie de “pânico moral”, resultando em uma série de postagens, entrevistas, declarações, vídeos, etc. em defesa do “cidadão de bem” e da “tradicional família”⁸.

⁶ O cientista social André Singer (2012) afirma que após as eleições de 2002 um fenômeno de realinhamento eleitoral surgiu em torno de Luiz Inácio Lula da Silva, marcado, principalmente, pelo apoio das classes mais periféricas. O autor entende que o ex-presidente teria mediado o conflito social e político presente no cenário brasileiro a partir da manutenção do crescimento econômico e através de programas de redistribuição de renda, alavancando a classe trabalhadora nacional. Singer (2012) reitera ainda que esse movimento foi marcado pela contradição e por um reformismo fraco.

⁷ A sigla LGBTQIAP+ abrange pessoas que se autorretratam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros, queer, intersexo, assexual e o + abriga todas as possibilidades de vivência de sexualidade

⁸ Em entrevista à *Revista Cult*, no dia 08 de maio de 2018, a manicure Maria, de 42 anos, moradora da cidade de São Paulo afirmou que “Sou de direita, sim, e não tenho vergonha de dizer. Porque defendo os valores cristãos, a disciplina, a ordem, a segurança e além disso sou contra esse mimimi dos negros e das feministas... ah, e dos bandidos. Vão trabalhar todos e para de chorar [...] Esses corruptos do PT deixaram o país destruído. Só queriam roubar. E agora? Quem bota ordem na casa? Eu acho que só Bolsonaro. Eu

Associados a isso, observamos, principalmente após as manifestações de Julho de 2013, a crescente presença social de uma retórica conservadora e de direita mobilizada e difundida por um grupo de indivíduos, como Leandro Narloch, Rodrigo Constantino, Olavo de Carvalho⁹, entre outros, que consolidaram um nicho específico no mercado editorial brasileiro. Pesquisadores acerca das novas direitas (CHALOUB, LIMA, PERLATTO, 2018) sugerem que essas análises mais pontuais sobre o tipo de narrativa apropriada por esses atores nos auxiliam a compreender o cenário macro da direita contemporânea e, sobretudo, entender aproximações ou padrões entre eles. Pautas e questões políticas trazidas por essas obras sofrem revisionismos históricos, são reduzidas ao terreno moral e “é possível perceber uma aproximação na construção de uma espécie de inimigo comum, vinculado com aquilo que se convencionou denominar de “petismo” (CHARLOUB, LIMA, PERLATTO, 2018, p.10).

Segundo Josnei Di Carlo e João Kamradt (2018), as retóricas de combate ao Partido dos Trabalhadores (PT), o chamado antipetismo¹⁰, deve ser entendido como um fenômeno cultural que coincide com as questões mencionadas até esse ponto, pelo enfraquecimento do próprio partido e pela ascensão política de JB¹¹. Em decorrência, diferentes setores passaram a associar o PT como responsável pelas agendas dos movimentos sociais de esquerda, e, portanto, uma ameaça ao *status quo*. Os autores advertem que

Nas manifestações de 2015, o antipetismo confundiu-se, para nós, com o antipartidarismo. Sua causa deve-se à crise da representatividade do PT, cuja consequência foi favorecer a emergência de um *outsider* capaz de agregar a seu capital político tanto o antipetismo quanto o antipartidarismo. Bolsonaro, com habilidades incontestes, emergiu como protagonista político, com um discurso antipetista e antipartidário. Ao seu antipetismo incorporou a cultura do politicamente incorreto, por acreditar que as minorias chegaram ao poder com o PT (CARLO, KAMRADT, 2018, p.60.).

Outros fatores talvez devem ser acrescidos a esta soma para compreendermos a vitória eleitoral de JB, dentre eles, destacamos o próprio personalismo que se colocou acima de qualquer coligação; o uso de uma retórica e de resoluções simplistas, rasas e truculentas frente a questões sociais complexas¹²; o aumento de capital entre grupos religiosos fundamentalistas,

voto nele. É no único que dá para confiar” (GALLEGO, 2018, s/p).Esse fragmento é uma das várias possibilidades para “ilustrar” as narrativas que nos últimos anos tornaram-se públicas em diferentes plataformas e veículos.

⁹ Autores de *Esquerda Caviar (2013)*, *Privatize Já! (2013)* e *Contra a Maré Vermelha(2015)* (Rodrigo Constantino), *Guia do Politicamente Incorreto da História do Brasil (2009)*, Leandro Narloch) e *O mínimo que você precisa para não ser um Idiota (2013)* (Olavo de Carvalho).

¹⁰ Não é nosso objetivo traçar análises dos por menores acerca do antipetismo, entretanto, faz-se necessário para este estudo, ainda que brevemente, debater sobre sua relação com a possibilidade de ascensão política de Jair Messias Bolsonaro. Ver mais em: OLIVEIRA FILHO; FEITOSA; SILVA (2019).

¹¹ Optamos pelo o uso de JB sempre que estivermos nos referindo ao Presidente Jair Messias Bolsonaro, a fim de evitar repetições no decorrer do texto.

¹² Para exemplificar, em seu Facebook, em julho de 2015, Jair Messias Bolsonaro, na época deputado federal, publicou uma foto com quatro adolescentes segurando armas e os classificou como “menores estupradores, homicidas e traficantes”. Na ocasião, a redução da maioria penal não havia sido aprovada e Bolsonaro associou o “crescente número de furtos a uma política contra o “cidadão de bem”, no qual ONGs protegem criminosos e os cidadãos inocentes ficam à mercê da situação. Nessa lógica, os governos

os quais corroboram para a difusão do pânico moral; a identificação de setores da classe média com as falas de exaltação armamentista, antidemocrática, pró-ditadura, contra as minorias, etc.

Os resultados das últimas eleições presidenciais são, portanto, produtos complexos, que refletem demandas que estavam entreabertas pela crise política e pela hegemonia de falas conservadoras. Ainda que não seja nosso objetivo realizar uma radiografia acerca dos últimos anos ou uma análise individual dos pormenores do comportamento eleitoral, entendemos a importância dessa visão panorâmica acerca do cenário político apresentado, uma vez que carrega consigo narrativas e conteúdos extratextos incorporados em seu Projeto de Plano de Governo, aqui, especificamente, ligado as questões educacionais.

A seguir, propomos uma breve exposição acerca dos conceitos de intelectual, verdade e polêmica em uma perspectiva foucaultiana, tomados aqui como o referencial que fundamenta este trabalho.

O intelectual e o polemista: entre verdades e polêmicas

No texto intitulado de *A Função Política do Intelectual*, Michel Foucault (2011) afirma existir uma ruptura, sobretudo após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), em relação à concepção de intelectual. Para o filósofo, é possível identificar a passagem de um tipo de intelectual tido como universal para um tipo específico.

Em relação ao intelectual universal, Foucault (2011) destaca que ele era característico do século XIX e início do século XX, período em que “ser intelectual era ser um pouco a consciência de todos” (FOUCAULT, 2011, p. 213). Esse intelectual tinha consigo ideias sobretudo transpostas do marxismo, preocupando-se com problemas universais. De forma geral, o intelectual universal “[...] até então, era, por excelência, o escritor: consciência universal, sujeito livre, ele se opunha aos que não passavam de competências a serviço do Estado ou do capital (engenheiros, magistrados, professores)” (FOUCAULT, 2011, p. 214).

Após a Segunda Guerra Mundial, a concepção de intelectual sofre uma ruptura, passando do modelo tido como universal para o chamado intelectual específico. Enquanto que o intelectual universal representava a consciência de um coletivo e se preocupava com problemas universais, o novo modelo de intelectual preocupa-se com problemas específicos:

Os intelectuais se habituaram a trabalhar não no ‘universal’, no ‘exemplar’, no ‘justo e verdadeiro para todos’, mas em setores determinados, em pontos precisos nos quais eram situados sejam por suas condições profissionais de trabalho, sejam por suas condições de vida [...] (FOUCAULT, 2011, p. 213).

Enquanto o intelectual universal derivava do “[...] homem de justiça, o homem de lei, aquele que, no poder, opõe ao despotismo, aos abusos, à arrogância da riqueza a universalidade da justiça e a equidade de uma lei ideal” (FOUCAULT, 2011, p. 215), o intelectual específico “[...]

petistas seriam culpados por não educarem apropriadamente as crianças e por permitirem que cometam crimes e escapem impune” (CARLO, KAMRADT, 2018, p. 68).

deriva de uma figura completamente diferente, não mais o “jurista-notável”, mas o “sábio-experto” (FOUCAULT, 2011, p. 215).

Foucault (2011) destaca que a partir dos anos 1960 é crescente a importância adquirida pelo intelectual específico, sendo que ele encontra obstáculos e se expõe a perigos. Para o autor, a função do intelectual específico deve ser reelaborada e se tornar cada vez mais importante, preocupando-se com os efeitos próprios de discursos verdadeiros, considerando que:

A verdade é deste mundo: ela é produzida graças a múltiplas imposições. E ela aqui detém efeitos regulados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, ou seja, os tipos de discurso acolhidos por ela os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade (FOUCAULT, 2011, p. 217).

Como podemos observar, Foucault (2011) entende a importância do intelectual relacionada aos discursos verdadeiros, uma vez que, para o autor, a verdade “é deste mundo”, sendo produzida no âmbito de um campo e relações de poder-saber. A articulação desses campos de saber-poder permite afirmar que as diferentes sociedades possuem diferentes “regimes de verdade” elaborados a partir dos discursos entendidos como verdadeiros.

Ao operar com os “regimes de verdade”, cabe ao intelectual tensionar e explorar essas verdades. Neste processo, Foucault (2010a, p. 228) aposta que o trabalho do intelectual relaciona-se à atitude de problematização, ou seja, “[...] da elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que merecem colocar problemas para a política”. De forma geral, ao problematizar, o intelectual tensiona o conjunto de práticas discursivas e não discursivas que colocam alguma coisa no jogo do verdadeiro e do falso, entendendo a constituição deste pensamento.

Ao refletir sobre o seu próprio trabalho enquanto filósofo, Foucault (2010) evidencia ainda outra característica importante da função do intelectual. Para o autor (FOUCAULT, 2010, p. 240), trabalhar é permitir-se pensar diferente do que se pensava, sendo que, “um trabalho, quando não é ao mesmo tempo uma tentativa de modificar o que se pensa e mesmo o que se é, não é muito interessante”.

De forma geral, pode-se afirmar que o intelectual trabalha com a problematização de verdades inseridas em um “regime de verdade” que, por sua vez, é produzido no âmbito de um campo de relações de poder-saber. Além disso, o intelectual acredita que, ao longo deste processo, pensará diferente do que pensava ao iniciá-lo, estando aberto à discussão com os demais. Em oposição à figura do intelectual, Foucault (2010a) permite pensar a existência de uma outra figura, a do polemista.

Entendendo que discutir é diferente de polemizar, Foucault (2010a) coloca-se a favor do primeiro gesto e contra o segundo. Ao passo que a discussão leva à problematização e, por sua

vez, à busca da verdade, o ato de polemizar mostra-se como um obstáculo ao trabalho intelectual:

A polêmica define alianças, recruta partidários, produz a coalização de interesses ou opiniões, representa um partido: faz do outro um inimigo portador de interesses opostos contra o qual é preciso lutar até o momento em que, vencido, ele nada mais terá a fazer senão se submeter ou desaparecer (FOUCAULT, 2010a, p. 226).

Enquanto o intelectual procura ao fim de seu trabalho pensar diferente do pensava ao iniciá-lo, “o polemista prossegue investido dos privilégios que detém antecipadamente [...]” (FOUCAULT 2010a, p. 225), não estando disposto a pensar diferente, a rever sua concepção de verdade. Além disso, o polemista “não tem diante dele um parceiro na busca da verdade, mas um adversário, um inimigo que está enganado, que é perigoso e cuja própria existência constitui uma ameaça” (FOUCAULT 2010a, p. 226).

Concebendo que o polemista entende o outro como adversário, Foucault (2010a) traça três modelos de polêmica: religioso, jurídico e político. Em relação ao modelo religioso, a polêmica tende a se encarregar de determinar o “ponto de dogma intangível”, entendendo que o adversário transgrediu e precisa ser punido. No modelo jurídico, “[...] a polêmica não abre a possibilidade de uma discussão no mesmo plano, ela instrui um processo” (FOUCAULT, 2010a, p. 226), sendo o adversário um suspeito, um réu que precisa ser condenado. O modelo político é, segundo o autor, o mais comum, entendendo o adversário como um inimigo que deve desaparecer.

Educação na proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro

Neste tópico, visamos analisar as propostas educativas inseridas no Plano de Governo de Jair Bolsonaro e, especificamente, identificar a forma como são apresentadas e como os conceitos foucaultianos que fundamentam esse estudo, debatidos anteriormente, nos permitem refletir sobre o atual cenário político-social brasileiro.

Dito isso, o documento analisado neste estudo refere-se à Proposta de Plano de Governo do então Presidente, intitulada de “O Caminho da Prosperidade”, composto por 81 páginas, disponível em pdf e de acesso irrestrito através do site do Tribunal Superior Eleitoral e do site Oficial do Presidente¹³. As propostas são distribuídas em eixos distintos, como podemos observar no quadro a seguir:

¹³Cabe ressaltar que durante o processo eleitoral, a Proposta de Plano de Governo também se encontrava salvaguardada e disponível para acesso através do Site do Partido Social Liberal (PSL), após o afastamento do então Presidente do partido, não há vestígios dessa proposta.

Quadro 1: Eixos da Proposta de Governo de Jair Bolsonaro por páginas e total de páginas

Eixos	Páginas	Total de páginas
Capa, abertura, fechamento	1-2 e 81	3
Valores e Compromissos	3-8	6
A Nova Forma de Governar! Mais Brasil, Menos Brasília	9-15	7
A Nova Forma de Governar! Estrutura e Gestão	16-20	5
Mais Brasil, Menos Brasília! Formas de Ação	21-22	2
Segurança e Combate à Corrupção	23-35	13
Saúde e Educação	36-49	14
Economia e Infraestrutura	50-80	31

Fonte: elaborado pelos autores (2020) a partir da Proposta de Governo *O Caminho da Prosperidade*.

Conforme podemos observar no Quadro 1, a Proposta de Plano de Governo foi estruturada nos eixos: Valores e Compromissos; A Nova Forma de Governar! Mais Brasil, Menos Brasília; A Nova Forma de Governar! Estrutura e Gestão; Mais Brasil, Menos Brasília! Formas de Ação; Segurança e Combate à Corrupção; Saúde e; Economia e Infraestrutura. Preliminarmente, podemos inferir que dado o número de páginas para cada um dos eixos, alguns receberam maior atenção que outros. Enquanto “Mais Brasil, Menos Brasília! Formas de Ação”, em que se deveria apresentar as formas de colocar o plano em prática conta apenas com duas páginas, os temas “Saúde e Educação” e “Economia e Infraestrutura” contam com, respectivamente, 14 e 31 páginas.

Neste estudo, nos propomos atentar para a temática da educação presente na Proposta de Plano de Governo, lançada pela coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, durante processo eleitoral de 2018, dando ênfase ao eixo “Saúde e Educação”, a fim de identificar se o assunto aparece de forma crítica e problematizadora ou na forma de polêmica (FOUCAULT, 2010a; 2010b; 2011; 2014).

Para isto, algumas informações gerais sobre a forma e o conteúdo do documento devem ser elencadas aqui. No que tange aos elementos gráficos e formatação, o Plano de Governo estabelece um padrão: fundo branco; letras em preto e cinza, salvo algumas exceções, nas quais palavras receberam destaque em vermelho ou em verde e amarelo; no canto superior esquerdo das páginas sempre o nome da coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e no canto inferior direito “Bolsonaro 2018”. Diferente de outros candidatos¹⁴, que apresentaram suas propostas através de um “texto corrido”, JB apresentou em formato de tópicos, semelhantes a *slides*.

Referente a conteúdo, entre as páginas 2 e 8, algumas propostas gerais são apresentadas, e, sobretudo firmam o compromisso com “um governo descente, *diferente de tudo*

¹⁴ Para tal afirmação, comparamos as Propostas de Plano de Governo dos três candidatos com maior porcentagem de intenção de voto em pesquisa realizada pelo Data Folha, dia 04 de outubro de 2018, sendo eles: Jair Bolsonaro (35%), Fernando Haddad (22%) e Ciro Gomes (11%). A proposta do candidato do PT encontra-se disponível em pdf e para consulta através do endereço https://lula.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Plano-de-Governo_HADDAD-13.PDF-1.pdf e do candidato do PDT através do endereço <https://drive.google.com/file/d/1a5ZikWooDjH28jJHhP2jRlf2aVggM1tG/view> (Acesso em 14/01/2020).

aquilo que nos jogou em uma *crise ética, moral e fiscal*” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p.2, grifos nossos). Adiante no texto, também afirma que irão “quebrar o *atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas*, haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p.5, grifos nossos). Nos trechos grifados e em outros, identificamos as narrativas anteriormente mencionadas promovidas pelas novas direitas e pelos conservadores, a constante reação a um inimigo incomum. O uso dos termos “diferente de tudo aquilo” e “ciclo atual” referem-se aos anos em que o PT esteve frente ao Estado. Essa noção é novamente reforçada no decorrer do documento.

Sobre a temática “Educação”, é possível afirmar que é abordada em diferentes partes da Proposta de Plano de Governo e, junto à segurança e à saúde, é listada como uma das prioridades. Em todos os momentos, existe a preocupação em evidenciar que a educação no Brasil precisa passar por mudanças em “conteúdo, forma e estratégia”, uma vez que esta é pautada na “doutrinação”:

Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 22).

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português. SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 41. Grifo no original).

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 46).

O primeiro trecho destacado encontra-se no eixo “Mais Brasil, Menos Brasília! Formas de Ação”, enquanto o segundo e o terceiro encontram-se no eixo “Saúde e Educação”. Nos três fragmentos são evidenciados elementos voltados para uma possível “doutrinação” e em uma “ideologia perversa” presentes na educação brasileira. Considerando que o primeiro trecho encontra-se no eixo “Mais Brasil, Menos Brasília! Formas de Ação”, ele refere-se às diretrizes de atuação do então Governo. Sobre a questão, o documento oferece possíveis culpados “O LEGADO DO PT DE INEFICIÊNCIA E CORRUPÇÃO” (O CAMINHO DA FELICIDADE, p. 14, grifos no original) e afirma que para a solução geral de “urgências” deve ser adotado um governo liberal democrata. Entretanto, a leitura dos trechos não apresenta nenhuma estratégia de ação, apenas propostas para “melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação”, “sem doutrinar”.

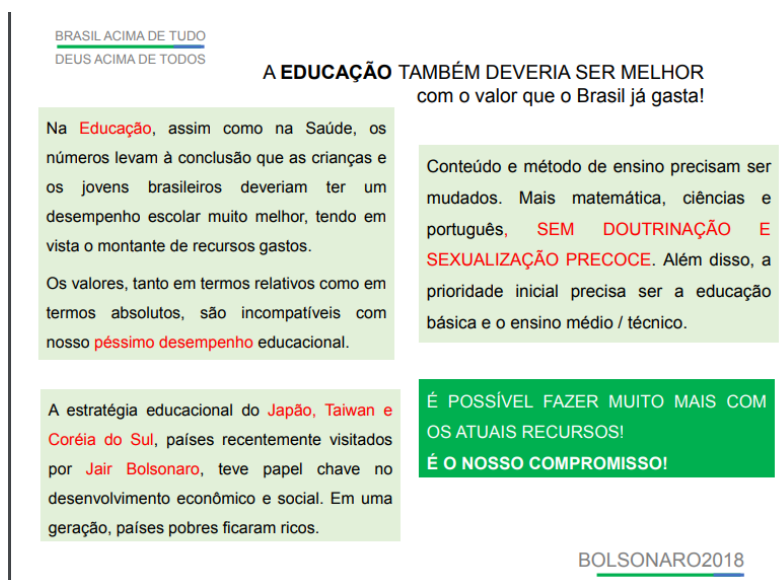
Nas 81 páginas de Projeto de Governo, a palavra “doutrinar” aparece quatro vezes, sendo duas delas somente no eixo “Saúde e Educação”, porém em todo o documento não há qualquer referência que dê conta de explicar o que se entende pelo termo. A proposta não o problematiza, não sendo sua intenção fazer o conceito “entrar no jogo do verdadeiro e do falso” (FOUCAULT, 2010b). Dessa forma, a suposta “doutrinação” na educação brasileira é tomada como verdade absoluta, sem tensionar as relações de poder envolvidas nessa afirmação, uma vez que não são apresentados dados ou informações que permitem que ela seja tomada como verdade dentro de um “regime de verdade”. A hipótese que levantamos, neste sentido, é que ao

abordar a “doutrinação” como verdade no interior do Plano de Governo de Jair Bolsonaro, a temática é tratada de forma polêmica, e não problematizadora (FOUCAULT, 2010a; 2011).

O segundo trecho destacado encontra-se no eixo “Saúde e Educação”, que se inicia com a afirmação de que o gasto até o período deveria trazer resultados mais compatíveis ao investimento. Reitera também que com o recurso já disponível, é “possível fazer mais”, a partir de uma reforma nos conteúdos, nos métodos e com a implementação de “mais matemática, ciências e português” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p.41). Porque defender o aumento destas disciplinas? Novamente, o documento não apresenta informações, propostas coesas ou razões para a troca de carga curricular. São afirmações que, como as anteriores, são apenas tomadas como verdade e pautadas na polêmica. Embora não esteja implícito na Proposta, a redução de períodos de História, Sociologia ou Artes é relacional ao aumento dessas anteriores. Segundo Gregório Durlo Grisa (2019) esse movimento faz parte de uma retórica de ataque as ciências humanas de forma geral, mobilizado pelas direitas e pelos conservadores saudosistas, uma vez que são entendidas como descartáveis, com baixa produtividade acadêmica, sem utilidade econômica e, sobretudo, “identificam nas universidades e no ensino dessas disciplinas o lócus de uma suposta doutrinação política de esquerda” (GRISA, 2019, s/n).

Na continuidade do mesmo trecho, o Plano propõe uma educação SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 41, grifo no original). Como podemos observar na Figura 1, a frase recebeu formatação própria, em maiúsculo e escrita em vermelho, evidenciando a preocupação com ambos os temas:

Figura 1 - Em destaque, a página 41 extraída do Projeto de Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro



Fonte: O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018.

Em relação à “sexualização precoce”, inferimos que o termo esteja associado ao combate à suposta doutrinação de questões de gênero e sexualidade em escolas, debate esse que promoveu e alavancou o capital político de Bolsonaro frente a grupos evangélicos, especialmente, neopentecostais¹⁵. Conforme Guacira Lopes Louro (2001) sugere, as identidades sociais (classe, raça, gênero, etc.) são forjadas e ancoradas em corpos e nos sexos e, por essa razão, tão atacados. A autora ainda afirma que “treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam (LOURO, 2001, p.15). Portanto, “corpo” e “sexo” são atravessados nas e pelas relações de poder e, sobretudo, significados pela cultura. Criamos, enquanto sociedade, uma educação corpórea e taxamos sexualidades enquanto “normais”, quando ocorre qualquer transgressão desta “linearidade”, diferentes grupos temem um esvaziamento da moral.

Ainda especulando sobre as razões para o uso desses termos, a Proposta em si não evidência, argumenta ou tensiona alguma resposta, apenas a traz como verdade absoluta no contexto educacional brasileiro. Considerando essa análise, bem como o cenário político do país, entendemos que o tema também é abordado no Plano de Governo de forma polêmica, especificamente do que Foucault (2010a) chama de polêmica religiosa, que se encarrega de determinar o “ponto de dogma intangível”, neste caso, o tema da sexualidade.

Novamente, no terceiro trecho, observamos que a narrativa impressa no documento retoma uma suposta “doutrinação” como um mal que assola a educação brasileira, colocado enquanto verdade absoluta, sem apresentar dados ou uma maior argumentação sobre essa afirmação categórica, apenas a aborda como verdade. Na mesma página, o documento traz a afirmação de que nas pautas educativas deveriam ser alteradas desde o modo de gestão até o expurgo da “ideologia de Paulo Freire¹⁶” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 46).

Nesse fragmento, nos parece ocorrer um aparelhamento do diagnóstico da “doutrinação” a uma suposta “ideologia freiriana”¹⁷. Como o restante do documento, as afirmações vagas, sem qualquer referência teórica, informações sobre o autor ou tentativa de problematização em relação ao tema. Esses não parecem ser tensionamentos propostos, uma vez que o documento

¹⁵ Para saber mais sobre o neoconservadorismo brasileiro, neopenteconstal e militarista, ver: Corsetti, 2019. Embora o referencial teórico empregado pela autora não seja o mesmo adotado neste estudo, o seu trabalho é exemplar ao mapear a atuação desses grupos nas políticas educacionais brasileiras.

¹⁶ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi um educador, filósofo e Patrono da Educação Brasileira. Em sua clássica obra *Pedagogia da Autonomia* (2015), alerta que o cotidiano dos professores nas salas de aula de educação fundamental ou no ensino superior é engendrado enquanto um espaço de negação, reafirmação de conteúdos obrigatórios, sem o exercício da autonomia pedagógica. Educadores, para ele, deveriam estar comprometidos na construção de um ambiente favorável à produção do conhecimento, respeitando à dignidade do educando e estimulando que estes se assumam enquanto sujeitos históricos do próprio ato de conhecer (OLIVEIRA, 2015).

¹⁷ Dentro do cenário de crescimento do conservadorismo das direitas, a obra do autor e seu legado passaram a ser atacados por diferentes grupos que a veem como um perigo, uma vez que mobilizaria grupos populares. No entanto, a proposta não apresenta nenhuma informação em relação ao autor, apenas afirmando que uma suposta ideologia freiriana deva ser expurgada.

é escrito de forma polêmica (FOUCAULT, 2010a), apresentando supostas verdades em relação à educação brasileira.

As pautas relacionadas ao ensino superior não fazem qualquer menção aos temas “sexualização”, “doutrinação” e “ideologia” que, como observamos anteriormente, são questões caras à educação básica e ao ensino médio/técnico. O atual Governo enxerga e endossa que nas universidades o empreendedorismo deva ser estimulado a fim de “elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p.47). Além disso, os estudantes precisariam sair das faculdades “pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc., em produtos, negócios, riqueza e oportunidades” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p.49). Sobre isso, podemos inferir, portanto, que a pesquisa desenvolvida em cursos de graduação e pós-graduação, para serem reconhecidas e possivelmente financiadas, devem materialmente “devolver a sociedade” algo concreto e tecnológico.

Esse entendimento do estímulo ao empreendedorismo é apresentado no documento através de comparações a demais países, sem dimensionar proporções territoriais ou Produto Interno Bruto (PIB) entre eles. Conforme consta no documento “cada região do Brasil deve buscar suas vantagens comparativas: por exemplo, o Nordeste tem grande potencial de desenvolver fontes de energia renovável, solar e eólica. Os países da Ásia têm investido nesta tecnologia”, a única referência apresentada foram as visitas de JB e conversas com os líderes dos países visitados.

Adotando os conceitos de verdade, intelectual, polêmica e polemista de Foucault (2010a, 2010b, 2011), a análise do documento permite afirmar que, o Plano de Governo de Jair Bolsonaro aborda os temas voltados para a educação de forma polêmica, sem a intenção de problematizar, tensionar ou discutir estas questões. São apresentadas verdades tidas como absolutas, característica da atitude de um polemista. Em relação a uma suposta “doutrinação”, o documento a menciona, de forma incipiente e sem suporte teórico, o científico.

Segundo Foucault (2010a), ideias novas não surgem da polêmica, mas sim da problematização. Desta forma, podemos nos questionar se um presidente cujos assuntos educacionais são abordados do ponto de vista polêmico poderá contribuir para ampliar e aperfeiçoar as questões educacionais brasileiras. Além disso, Foucault (2010b, p. 251) ressalta que “nada é mais inconsistente do que um regime político indiferente à verdade; mas nada é mais perigoso do que um sistema político que pretende prescrever a verdade”. Conforme observamos na análise realizada, o documentos e pauta em apresentar verdades absolutas sustentadas em diferentes modelos de polêmicas. Seria esse um perigo real ao processo de consolidação da democracia brasileira?

Para não concluir: qual a importância política do intelectual brasileiro?

O intelectual não tem mais de desempenhar o papel de fornecedor de conselhos. O projeto, as táticas, os alvos que é preciso ter em vista, são eles mesmos que se batem e se debatem para encontra-los. O que o intelectual pode fazer é dar instrumentos de análise, e, atualmente, é essencialmente o papel do historiador” (FOUCAULT, 2014, p. 264).

Inspirados em Michel Foucault, iniciamos este trabalho a partir de uma problemática da atualidade, apresentando o cenário político do Brasil Contemporâneo. Ao longo desta apresentação, retomamos a ideia de que o século XXI brasileiro seria responsável pelo legado de consolidação da democracia. Analisamos, em especial, os governos de três presidentes democraticamente eleitos e o processo de crescimento da democracia em suas políticas sociais.

No entanto, após o golpe disfarçado de *impeachment* inferido sobre a presidente Dilma Rousseff (2011-2-16), demonstramos a existência do crescimento de uma onda conservadora que assola o Brasil, cujo ápice se dá nas eleições presidenciais de 2018. Essa eleição acabou por eleger JB, um candidato com declarações antidemocráticas, militar e autoritário.

A partir do referencial foucaultiano, a análise das questões educacionais presentes na proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro demonstrou que elas são abordadas de forma polêmica, assumindo supostas verdades como absolutas e identificando o outro como inimigo, como réu, como aquele que deve ser expurgado ou banido. Em nenhum momento a proposta de governo de JB nos convida a pensar sobre a educação, discutir ou problematizar, essa proposta apenas traz suas colocações como dadas, fechando-se para o debate. Dessa forma, é possível afirmar que o presidente não assume o local de intelectual, preocupado em problematizar temas e entende-los dentro de diferentes “regimes de verdade”, buscando avançar na construção do conhecimento, mas assume o local de um polemista, preso aos seus privilégios, sem a intenção de debater e se apegando a diferentes tipos de polêmica.

O quadro apresentado é complexo, e acreditamos que a eleição de JB evidencia a fragilidade dos valores democráticos, colocando em xeque a ideia de consolidação democrática do século XXI. Sem ter a intenção de concluir, fechar ou apresentar soluções diretas para este assunto, inspiramo-nos novamente em Michel Foucault. Na epígrafe que abre esta seção, o autor nos convida a pensar que o intelectual não tem mais a função de fornecedor de conselhos, mas sim a de oferecer instrumentos de análise, sendo este, em especial, o papel do historiador.

Acreditamos assim que, enquanto historiadores, filósofos, acadêmicos e/ou intelectuais brasileiros, temos mais do que nunca a função de problematizar, tensionar e oferecer os instrumentos de análise para que possamos questionar o governo vigente e lutar pela continuidade da consolidação da democracia, bem como de uma educação pautada na pluralidade de pensamento, livre das polêmicas colocadas pelo presidente. Não queremos finalizar esta reflexão com a ideia utópica e até destorcida de que os intelectuais poderiam salvar a sociedade brasileira, mas apenas os convidar a sair de suas torres de marfim e tomarem

posicionamento neste momento de emergência do conservadorismo e de fragmentação da esquerda brasileira.

Referências

- ALENCAR, Gustavo de. **Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocuções com a Política.** *Teoria e Cultura*, v.13, n.2, dezembro de 2018, p. 101-117.
- CARLO, Josnei Di; KAMRADT, João. Bolsonaro e a Cultura do Politicamente Incorreto na Política Brasileira. **Teoria e Cultura**, v.13, n.2, dezembro de 2018, p. 55-72.
- CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v.13, n.2, dezembro de 2018, p. 9-21.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. **Intelectuais da “nova direita” brasileira: idéias, retórica e prática política.** Anais 39º Encontro Anual de ANPOCS, 2015, disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-daanpocs/gt/gt19/9620-intelectuais-da-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/file>, acesso 18/01/2020, às 13h.
- CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. **Educação UNISINOS**, n. 23, v. 4, 2019, p. 774-784.
- FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematizações. In: ____ *Ética, Sexualidade, Política. Ditos & Escritos V.* Rio de Janeiro: Forense, 2010a, p. 225-233.
- FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In: ____ *Ética, Sexualidade, Política. Ditos & Escritos V.* Rio de Janeiro: Forense, 2010b, p. 240-251.
- FOUCAULT, Michel. A função política do intelectual. In: ____ *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Ditos & Escritos VII.* Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 213-219.
- FOUCAULT, Michel. Poder e corpo. In: ____ *Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade. Ditos & Escritos X.* Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 258-264.
- FERNANDES, Dmitri Cerboncini; VIEIRA, Allana Meirelles. A direita mora do mesmo lado da cidade. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v.38, n.01, p. 157-182, jan. – abr, 2019.
- GALLEGO, Esther Solano. As novas configurações da direita no Brasil. **Revista Cult**, São Paulo, 8 mai. 2018, s/p. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/novas-configuracoes-das-direitas-no-brasil/>, acesso 21 jan 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 2ª edição, p. 8-34.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O BRASIL À BEIRA DO ABISMO, DE NOVO.** Associação Nacional de História (ANPUH), 2018. Disp. em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/3391-o-brasil-a-beira-do-abismo-de-novo-rodrigo-patto-sa-motta>. Acesso em 23/12/2018, às 20h.
- O CAMINHO DA PROSPERIDADE. **Proposta e Plano de Governo de Jair Bolsonaro**, 2018. Disponível em: http://www.psl-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em 22/12/2018, às 20h.
- OLIVEIRA, Edna Castro de. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** 50 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- SANTOS, Karine. PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. A Teoria de Paulo Freire como Fundamento da Pedagogia Social. **Interfaces Científicas – Educação**, v.3, n.1, 2014. p. 33-44.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flavio Koutzii**: Biografia de um Militante revolucionário – De 1943 a 1984. Porto Alegre: Libretos, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Artigo recebido em 29/01/2020 e
aprovado para publicação em 08/04/2020